

-----**ACTA N.º 175**-----

----- Aos vinte e três dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de. Armelim Santos Amaral, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), com a seguinte: -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas; -----
Derrama/2006; -----
Taxa de Direitos de Passagem/2006; -----
Regulamento de Utilização do Salão do Ginásio Municipal; -----
Regulamento do Cemitério Municipal; -----
Outros assuntos:

- 1) Desafecção – Parcela em Pessegueiro do Vouga. -----
----- Eram cerca das dezassete horas e vinte minutos, quando o Presidente deste órgão deu como iniciada a sessão marcada nos termos da legislação em vigor.-----
----- Seguidamente, a segunda secretária efectuou a chamada para confirmação dos membros presentes. Confirmaram-se as faltas injustificadas dos senhores: Manuel Domingues, Mário Martins e Sabino Silva. -----
----- Foi posta à discussão a acta n.º 174, para eventuais recomendações sobre correcções ou melhorias a introduzir. Como ninguém se pronunciou foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Albano Macedo, Sérgio Pinhão e Jorge Oliveira. -----
----- Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal, Armelim Amaral, procedeu à leitura da correspondência onde o mais importante são recomendações sobre o processo eleitoral (próximo acto eleitoral), bem como, para a eleição dos representantes para os próximos congressos e comissões. O presidente da assembleia informou que fará chegar essa correspondência ao novo presidente deste órgão. -----
Seguidamente, deu a palavra ao presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre a informação contida na comunicação sobre as actividades desenvolvidas pelo executivo e projectos em curso ou programados. -----
O presidente da Câmara fez uma resenha da informação contida na comunicação e distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal. -----
Prosseguiu-se, com as inscrições para o período de antes da ordem do dia.-----

-----**Período Antes da Ordem do Dia**-----

João Almeida – Intervem, apenas e tão só, para focar dois pontos. O primeiro tem haver com o boletim municipal recentemente publicado que, é de publicação bianual, com saída Maio/Junho e Dezembro de cada um dos anos, e entendemos que a antecipação da publicação do mesmo visa unicamente fins eleitorais, razão pela qual iremos entregar à entidade competente esse caso. -----
O segundo ponto tem a ver e só para o conhecimento desta assembleia, dada a importância e sendo a última deste mandato, sobre uma reportagem dada pelo senhor presidente da câmara para o jornal “Margens do Vouga” que gostaríamos ficasse aqui salientado. A pergunta é esta, “há indicadores em como a diminuição da população residente nas freguesias a deslocalização industrial para outros concelhos, as altas taxas de desemprego, as grandes assimetrias entre as diferentes freguesias e a posição da generalidade das empresas a nível distrital que, mostram que Sever do Vouga é provavelmente o concelho mais atrasado do distrito”. Como explica esta situação ao fim de dezasseis anos à frente da Câmara? A resposta do senhor presidente a esta pergunta foi a seguinte: “ Sever do Vouga não está em último lugar. Até estamos à frente dos concelhos como Vouzela, São Pedro do Sul, Arouca e Castelo de Paiva. A

gente recebe pessoas e amigos de fora e a ideia deles em relação ao índice do poder de compra para Sever do Vouga é bem diferente, mas para melhor”. E quando vêm aqui a sensação que têm é que Sever do Vouga é melhor do que dizem. Agora, o índice do poder de compra tem variáveis discutíveis. Na verdade, basta mudar duas ou três variáveis para ver que se muda muito, como por exemplo, os elevadores e o número de pessoas separadas judicialmente de bens. O que é que estes indicadores estão aqui a fazer? Quanto maior for o número de divórcios, maior a riqueza e o índice de compra, que é uma coisa completamente disparatada, mas não é só falar do que é mau. Ao nível da taxa de exclusão social, Sever está no melhor concelho do país. Não há tantas empresas de topo, mas em Sever do Vouga não é nem foi um concelho de tradição industrial. Há dezasseis anos atrás, o que era a zona industrial dos Padrões. Hoje, verifica-se, um aumento substancial de empresas. Há uns anos atrás, Sever do Vouga e Castelo de Paiva eram os últimos da lista, mas era natural. Com os incentivos que vêm, Sever do Vouga cresce, mas os outros concelhos também crescem. O que penso e por muito que possa fazer é que não é possível sair dos últimos lugares, porque os outros concelhos têm outras condições e crescem porque estão no litoral, têm mais financiamentos, mais Fundos de Equilíbrio Financeiro, e mais transferências do Orçamento”.

O membro João Almeida dirige-se ao presidente da assembleia dizendo: “ foi só para ficar registada a resposta dada pelo presidente da câmara, na entrevista dada ao Margens do Vouga, para que fique registado e caso desejem, para ficar anexo à acta deixa o jornal.

Manuel Soares: - Em relação à primeira questão sobre o Boletim Municipal, não existe nada a dizer que é bianual, até porque existem anos, onde efectuamos apenas uma publicação, outros em que não houve qualquer saída e anos em que foram publicados três exemplares. Temos por norma, realizarmos uma publicação depois da FICAVOUGA, como foi o caso apontado. Mas, genericamente, observamos publicações realizadas por outros Municípios nesta altura. Ainda hoje, recebi uma brochura de um concelho vizinho, que me foi remetida. As Câmaras Municipais como sabem que as Assembleias Municipais reúnem-se nesta altura, sabendo que poderão ser substituídos, consideram ser uma boa altura para divulgarem aquilo que fizeram durante o período precedente. Portanto, a afirmação de ser uma publicação bianual não é verdade.

Em relação à resposta dada ao Margens do Vouga, também quero que fique registado um protesto sobre a forma como essa entrevista foi feita.

Acrescenta: “ Confesso que estava para dar essa entrevista, porque para estarem a escrever naquele português uma entrevista feita oralmente, tinha vergonha de escrever daquela forma. Porque a maneira como está escrita é lamentável. Comecei a ler as duas primeiras respostas e deixei de ler - não fui até ao fim para não me irritar. É lamentável, que se escreva num português daqueles uma entrevista dada verbalmente.

Enquanto que o senhor João Almeida vai dar a sua por escrito. Seria simpático terem feito o mesmo em relação à minha entrevista. É lamentável que uma entrevista seja redigida com uma linguagem de improviso, enquanto que a outro será feita de forma diferente, em função da redacção que foi entregue, não quer dizer que não saiba escrever bem, mas certamente escreverei tão bem como o senhor – felizmente sabemos os dois escrever. Mas, escrevendo daquela maneira, pode levar alguém a pensar que eu não tenho a quarta classe. Uma pessoa que faz uma entrevista verbal, tem que ter o bom senso necessário e, intelectualmente falando, a seriedade necessária para fazer uma entrevista que se perceba em português, que dignifique os jornalistas que a redigem.

Quando nos fazem uma pergunta oralmente, não respondemos tudo o que queremos. Mas, a sua resposta será, obviamente, diferente, porque poderá ponderar e dizer tudo

o que pensa, na medida em como responderá por escrito. Sendo muito diferente quando é verbal, porque somos interrompidos constantemente e não podemos ter um raciocínio continuado e lógico. -----

Apesar de ser interrompido, constantemente, numa entrevista verbal, posso reafirmar algumas afirmações da entrevista, porque não sou hipócrita. Senão vejamos, que Sever do Vouga não tem uma grande tradição industrial, ninguém pode dizer o contrário. Porquê? Devido à morfologia do concelho, onde só poderão ser instaladas pequenas e médias empresas, ou seja, se desejar instalar uma empresa com quatro ou mais hectares não o consegue no nosso concelho. O mesmo já não acontece em concelhos vizinhos. -----

Em relação ao poder de compra, não sou eu que faço aquelas afirmações, porque são dados do Instituto Nacional de Estatísticas. -----

É uma realidade sermos um distrito que há alguns anos atrás estávamos nos últimos lugares do distrito e poderemos continuar enquanto existirem os distritos e a diferença entre concelhos do litoral e do interior, porque quando crescemos, os outros também crescem, devido às condições que possuem, a não ser que, estagnassem no tempo. Se analisarmos essa situação verificamos existir um efeito pernicioso que se reflecte nas transferências dos fundos comunitários, bem como, através dos contratos – programa, onde vemos que na negociação do financiamento, uma câmara pequena, por exemplo, em comparação, com uma câmara maior, normalmente, situada no litoral, torna-se mais apelativo e mais fácil negociar-se um contrato programa de valores elevados naqueles municípios. Nos municípios pequenos é difícil negociarmos uma ajuda de vinte ou trinta mil contos, quando vemos no Diário da República contratos celebrados com aqueles municípios de cem, duzentos ou trezentos mil contos. Isso, porquê, porque nesses municípios vive muita gente e existem muitas pessoas a votar, logo torna-se mais apelativos e perniciosos. Razão pela qual os municípios pequenos continuarão a ser sempre mais prejudicados. Sendo suficiente ver, o valor das transferências, por exemplo, dos fundos comunitários e a “fexização“. Onde os critérios de distribuição das verbas (de fundos comunitários e outros recursos) são calculados com base nessa “fexização”, provocando que os municípios grandes continuem a crescer mais que os pequenos. -----

Assim, as assimetrias nunca poderão ser corrigidas, enquanto mantiverem esse princípio de distribuição dos recursos. -----

Conclui a sua intervenção, dizendo que esses dados poderão ser verificados nos relatórios publicados pelas comissões de coordenação e a distribuição é realizada com base nas regras estabelecidas pela Comunidade Europeia, que beneficiam mais os municípios mais grandes. Acrescenta, para concluir, que a redacção da entrevista que irá dar o membro João Almeida, será certamente muito diferente porque não será realizada da mesma forma. -----

Armelim Amaral – Dirige à assembleia o pedido apresentado pelo membro Edgar Jorge para usar da palavra, porque necessita de se ausentar mais cedo, porque pretende estar presente no funeral do antigo presidente da junta de freguesia de Cedrim (senhor Isidro Bastos). -----

Edgar Jorge – Estabelece uma apreciação do desempenho realizado pelo presidente deste órgão, senhor Armelim Amaral, realizado ao longo destes últimos dezasseis anos. Faz alusão às poucas intervenções realizadas neste mandato, em comparação com os anos anteriores, dizendo que se devia ao facto de integrar esta assembleia por inerência do cargo de presidente da junta, sabendo dirigir os pedidos, pessoalmente, aos membros do executivo, em vez de os abordar nesta assembleia. Conclui a sua intervenção, dirigindo um agradecimento ao executivo pelo trabalho realizado na freguesia de Cedrim. -----

Agradece, também, o facto de ter sido escolhido para integrar duas comissões e representação dos presidentes de junta na Associação Distrital de Aveiro. -----
O membro Edgar Jorge entregou à mesa um exemplar do texto da sua intervenção, resumido nos parágrafos anteriores, que vai ser arquivado junto dos documentos desta sessão, fazendo parte integrante desta acta. -----

Armelim Amaral – Agradece os elogios dirigidos pelo membro Edgar Jorge. Sobre a realização de sessões nas freguesias, durante o mandato anterior e não realizadas neste mandato, deve-se ao facto de, como referiu sem qualquer preconceito, não se sentar à mesa com pessoas que não gosta, ou seja, com pessoas que me metem processos em tribunal. Segunda razão, considerou-se de certo modo ofendido no último Natal, quando convidou todos os membros da Assembleia Municipal para a realização de um jantar e foi acusado de querer promover mais uma “comezaina”. Afinal, não errou quando não fez a descentralização das sessões da Assembleia Municipal e, sobretudo, quando tinham um almoço, porque correria o risco de ser mais criticado. Conclui, dizendo que a Assembleia Municipal é muito mais que estas “querelas” pequeninas, com que algumas vezes se entretêm neste órgão esperando que os próximos eleitos consigam ultrapassá-las da melhor forma. Acaba por agradecer, novamente, o elogio do membro Edgar Jorge, quanto ao seu desempenho como presidente desta Assembleia Municipal ao longo destes anos. -----

Alberto Almeida – Apresenta, neste fim de mandato, alguns reparos já referidos em sessões anteriores, tais como, a conclusão da obra “Estrada do Pombal ao Alto de Nogueira”, da ponte da Sr.^a da Saúde, os portões da Escola do Cruzeiro, a sinalização na A25 (nó de Carvoeiro). Aborda o problema dos fogos florestais, realizando uma análise e endereçando os parabéns pelo trabalho realizado nessa área, neste verão. Pergunta qual a razão de estar a ser pintada, agora, a escola do Cruzeiro, quando poderia ter sido pintada durante as férias lectivas. -----

Conclui, endereçando um apelo aos novos autarcas que serão eleitos para dignificarem o nosso concelho, com a criação de novas redes viárias, zonas industriais, distribuição de água e saneamento, apoio às colectividades, dinamização de espaços criados, bem como, outras atribuições em benefício do concelho. -----

O membro Alberto Almeida entregou à mesa o seu manuscrito, para ser arquivado no respectivo processo. -----

José Braga – Nesta última sessão, procura apenas efectuar umas pequenas chamadas de atenção, até que a situação seja resolvida. Pergunta ao presidente da câmara se é possível informá-lo do valor referente ao custo das empreitadas “Estrada de Rocas ao Couto” e “Estrada do Couto a Lourizela”, finalmente, iniciadas, bem como, o respectivo prazo de execução, porque a obra de Rocas ao Couto está a ser executada por partes, parecendo não estarem negociadas todas as aquisições de terrenos. -----

Informa existirem, há muito tempo, uns postes em cimento junto à entrada para o Centro de Saúde, num local onde já aconteceram acidentes mortais. Refere não saber se pertencem ao Município ou à EDP, mas deveriam solicitar que fossem retirados. ---

Fala sobre o Boletim Municipal, designadamente, quanto à fotografia da limpeza das rotundas, para dizer que já é necessário, novamente, procederem à limpeza nas duas rotundas, bem como, o respectivo embelezamento. -----

Pergunta qual o preço das balizas colocadas no passeio, junto ao jardim e ao quiosque. Chama a atenção para os caminhos públicos onde foi colocado tapete, para dizer que o critério adoptado deveria ser igual para todos os caminhos do concelho, porque existe um caminho em Lourizela, denominado de Salgueiral (público) com necessidade de reparação, mas onde foi colocado apenas duas cargas de “tout venant”. -----

Pergunta, qual o critério utilizado para considerarem terreno de utilidade pública, isto porque para a obra “Escadaria em Silva Escura” avançou-se com um processo de expropriação, e, quando foi beneficiada a estrada de acesso ao Couto, ficaram umas

curvas acentuadas, onde já aconteceram vários acidentes, não tendo o executivo adoptado o mesmo critério. Há um muro, junto à cabine de Couto de Esteves, onde a estrada faz um “dente” e, também, não foi resolvido através do mesmo critério. -----
Conclui, pedindo uma explicação sobre as questões colocadas. -----

Manuel Soares – Quanto ao custo das duas obras e prazo de execução, solicita ao Director de Departamento para enviar essa informação por escrito. -----
Em relação aos postes junto à entrada para o Centro de Saúde presumia serem da EDP, que será notificada para os retirar. -----

Sobre os marcos (balizas) colocados em frente na curva, pode não gostar dos mesmos, mas servem para sinalizar quem entra nessa curva, onde já aconteceram diversos acidentes. Estes são de borracha, cujo custo exacto não conhece, mas também será objecto de informação a remeter. -----

Para a beneficiação da estrada do Salgueiral, em Lourizela, na freguesia de Couto de Esteves, foi de facto realizado um baixo assinado a solicitar a sua pavimentação. Contudo, não vamos imediatamente colocar um pavimento nesse caminho só por ter havido um baixo assinado, por dois motivos, um prende-se com o custo de execução desse trabalho. Trata-se de um troço de estrada com muitos metros. O segundo, relaciona-se com o número de pessoas servidas, que não são muitas, além do mais, presumimos beneficiar apenas uma pessoa que arranjou uma pequena casa. Estamos, genericamente, a falar de um caminho que beneficiará o acesso a terrenos, exclusivamente, de natureza agrícola. -----

As declarações de utilidade pública são da competência da Assembleia Municipal e, na generalidade, onde não existem planos de pormenor ou planos de urbanização, quem as decreta é o membro do governo que superintende as autarquias locais, sendo necessário um projecto, uma planta parcelar de expropriações e um conjunto vasto de documentos a remeter para ser aprovada e decretada. A declaração de utilidade pública pode ser requerida por uma entidade de direito público – Junta de Freguesia ou Câmara Municipal – desde que exista projecto, processo de concurso devidamente instruído, inscrita no plano plurianual de investimentos e seja requerida à entidade competente. A estrada do Couto Esteves onde se refere o membro José Braga foi apenas objecto de beneficiação do piso, através da sua pavimentação, e não possuía projecto nesse troço. -----

Acácio Barbosa: – Hoje, sendo a última sessão deste mandato não podia deixar de apresentar algumas observações. Embora ficando comovido e com apreço com a intervenção do membro Edgar Jorge, sobre esta assembleia e a pessoa que a dirigiu, não podia deixar de referir que não concordava com tudo aquilo que disse na sua intervenção. -----

A primeira é que de facto o Presidente da Assembleia esteve ao nível e à altura, conduzindo muito bem os trabalhos deste órgão. Mas, há uma situação que não podia deixar de referir, aquando da tomada de posse deste órgão há quatro anos atrás, onde manifestou, pessoalmente, essa opinião ao senhor presidente, a qual prendia-se com algumas afirmações que não gostou. -----

Sobre a afirmação de Edgar Jorge, sobre a qualificação negativa dos autarcas que aproveitam estas intervenções para solicitarem pequenas intervenções da Câmara Municipal, informa não concordar, dizendo que os tratamentos não são iguais e, quando o vereador não acolhe os seus pedidos, considera ser este o local mais apropriado para apresentar esses pedidos. Nada tem contra a Câmara Municipal, porque numa freguesia onde possui muitas carências, como é o caso da freguesia de Rocas do Vouga, foram iniciadas obras importantes, como a construção do Jardim de Infância, a Extensão de Saúde e a ligação da estrada Rocas ao Couto. É pena ter parado a empreitada referente à Urbanização de Rocas, suspensa como se refere na informação do presidente da câmara. -----

Mas, considera não ter sido convenientemente atendido nos pequenos pedidos, também importantes para a freguesia. -----

Não queria voltar a falar no embelezamento das rotundas, como referiu na última assembleia, mas como nada foi feito, manifesta a sua tristeza, porque as rotundas estão na mesma e gostava de ver embelezada a rotunda na entrada para a freguesia de Rocas do Vouga. -----

Outro assunto que não foi resolvido, prende-se com a qualidade do ar. Foram realizadas recolhas, mas nunca tomou conhecimento dos resultados. -----

Conclui dizendo que gostaria ter o mesmo tratamento nas obras pequenas como o que está a acontecer, com as obras de vulto iniciadas há pouco tempo e já referidas nesta intervenção. -----

Armelim Amaral – Refere ficar grato pelo elogio que lhe foi dirigido. -----

Manuel Soares – Começando pelas últimas palavras do senhor Acácio Barbosa, sobre a partilha das obras realizadas pelas duas entidades – Junta e Câmara, não podia deixar de referir a notícia publicada no jornal, onde dá a entender que as obras realizadas pela Câmara foram executadas pela Junta de Freguesia. Contudo, reconhece e dá razão às afirmações proferidas sobre as rotundas. Esse trabalho tem que ser executado por administração directa por não estar incluído no PPI deste ano, saindo por uma rubrica genérica. No entanto, não é possível efectuar esse arranjo como pretendíamos, porque nesta altura existem muitos trabalhadores em licença de férias. -----

Em relação aos comentários sobre o atendimento dos pedidos realizados pelos presidentes de junta, solicita aos vereadores presentes que procurem atender dentro do possível esses pedidos, porque os presidentes das junta de freguesia representam as pessoas das freguesias que os elegeram. -----

Joaquim Zacarias – Antes de referir o que o levou a intervir nesta sessão e na sequência das intervenções anteriores, pretende registar o esforço que o senhor presidente da câmara teve de retórica para ultrapassar o caso das expropriações, acrescentando que – “é verdade serem expropriados aqueles que a câmara entende”. Acerca dos buracos e das limpezas é evidente que quem falaria aqui nisso não o faria se o executivo e a fiscalização zelassem melhor nessa área. Já agora, sobre os madeireiros e largos, aproveita para referir que o largo da Vasilvouga, actualmente conhecido por largo da Mirtilusa, encontra-se há bastantes meses ou anos como depósito de materiais de construção, de pavimentação, de madeiras e de lixo. -----

Continua, estabelecendo uma apreciação retrospectiva destes últimos quatro anos de “legislatura municipal”, fazendo uma análise crítica do actual executivo, designadamente, das opções tomadas pelo presidente da câmara. -----

Refere que sem a intervenção e influência do senhor Dr. Ferraz de Abreu, de muitos deputados socialistas e sociais democratas do nosso distrito, de alguns socialistas de Sever do Vouga, onde está incluído, “hoje, obras como o pavilhão da Feira Nova, em Pessegueiro do Vouga, a piscina coberta, o campo da bola, o Tribunal da Comarca, as novas instalações do Cartório e Conservatória, o Centro das Artes e do Espectáculo, os vários apoios às IPSS deste concelho e por aí fora, nunca ou tarde teriam saído da gaveta”. -----

Em tempos, como membro do Conselho Directivo da Escola Secundária de Sever do Vouga colaborou em manifestações para a construção do actual edifício, bem como, intercedendo junto do então Secretário de Estado do Desporto (Dr. Miranda Calha), por escrito, para a construção do pavilhão gimnodesportivo e mais tarde, para o pavilhão da Feira Nova, para a piscina municipal e campo de futebol. -----

Critica a forma lenta como algumas situações são resolvidas, bem como, os gastos nalgumas actividades, quando verificamos a falta de verbas (dinheiro) para as obras estruturantes do concelho, como o abastecimento de água e saneamento básico a toda a população. -----

Estabelece uma crítica à afirmação do presidente da câmara, quando defende ser o Turismo a vocação e salvação do concelho, mas nada fez para aumentar o número de camas; para acabar com a proliferação das lixeiras a olhos vistos, bem como, os necessários investimentos nas áreas já referidas de água e saneamento. Também, não foi resolvido o problema dos eucaliptos nas margens do Rio Vouga, da Estação de Paradela, negociada com a CP à cerca de dez anos, da barragem de Couto de Esteves, da fábrica das Massas Vouga. -----

O membro Joaquim Zacarias cita a entrevista publicada no Beira Vouga (Agosto 2005) do presidente da junta de freguesia de Sever do Vouga, sobre o apelo à visita das Minas do Braçal, onde existem pelo menos três grandes lixeiras a céu aberto. No mesmo jornal o presidente da câmara desabafa: “ Há críticas que nos entristecem, como os gastos com realizações de eventos como a Ficavouga, Viagem Sénior, Campos de Férias e outras actividades culturais e recreativas”, esquecendo-se da “Semana da Lampreia”. Defende a realização desses eventos, mas não através dos recursos do erário público, considerando que deveriam ser pagas por quem delas directamente são os principais interessados. Os dinheiros gastos nesses eventos poderiam ser aplicados nas obras que “esperam e desesperam neste concelho”. -----

No mesmo jornal diz o presidente da junta: “ Temos feito obras de pavimentação de estradas, não é uma ou duas, são várias, e as pessoas pensam que é a câmara a fazer, quando na realidade são totalmente suportadas pela junta”. Na mesma edição o senhor presidente da câmara afirma: “ Há obras nas freguesias, feitas pela câmara, e as pessoas pensam que são das Juntas. Diz-se mesmo que a câmara não fez nada, quando quase tudo o que se fez, foi feito pela Câmara, embora outros reclamem esses méritos. Joaquim Gabriel, pergunta. Então, em que ficamos? Será que andamos a pagar as obras duas vezes? -----

Seguidamente, elogia o esforço e trabalho desenvolvido por alguns presidentes de junta, que se deparam com grandes problemas para conseguirem o que pretendem.

Conclui, referindo: “A todos os que com as próximas eleições deixarem de fazer parte desta Assembleia o meu bem haja, a todos os outros, um sempre atento e profícuo trabalho de fiscalização e iniciativa em prol do concelho”. -----

Vai ser arquivado o exemplar da intervenção do membro Joaquim Zacarias, entregue à mesa, dando-se aqui como reproduzido. -----

Armelim Amaral – Agradece ao membro Joaquim Zacarias os elogios que lhe foram dirigidos, acrescentando aos que não são assíduos a esta assembleia, certamente não saberão da discordância de princípios, mas tratou-se, exclusivamente, com a não comemoração do 25 de Abril, ao longo destes anos, justificando a sua posição sobre esse assunto. -----

Com o membro Joaquim Zacarias não possui qualquer relação conflituosa, pelo contrário, afirma estimarem-se como cidadãos responsáveis e livres, tendo às vezes opiniões diferentes o que, de algum modo, enriqueceu as suas participações. -----

Manuel Soares – Considera ser uma intervenção de campanha eleitoral e não pretende tecer muitos comentários. Contudo, refere não terem sido realizadas no concelho, mas cita muitas onde teve intervenção, não sabendo como, e intervenções naquelas que não foram concretizadas, tais como, a barragem de Couto de Esteves e a Estação de Paradela, com um protocolo celebrado, mas não tem conhecimento do desenvolvimento desse processo. -----

Fala numa festa que se realiza todos os anos, citando o discurso de Pedro Marques, onde defende que essa festa deveria ser realizada mais vezes ao longo do ano, para se promover a gastronomia do concelho. -----

Pagar as obras duas vezes é uma insinuação que o presidente da câmara defende não admitir, lamentando este tipo de comentários. -----

Reinaldo Amaral – Tendo apenas a intenção de realizar uma despedida desta assembleia não elaborou qualquer documento escrito. Aproveita para dirigir duas palavras ao membro Joaquim Gabriel, dizendo que confunde muito a Junta com a Câmara quando pretende. A Câmara fez obras na freguesia de Sever do Vouga. A Junta também, e pagou as obras que mandou fazer, não devendo nada a terceiros e vai deixar um saldo positivo em caixa, depois de pagos todos os compromissos assumidos. A Câmara e a Junta combinam as obras a realizar por cada entidade e honramos os nossos compromissos, pagando as obras que a Junta se comprometeu realizar, por exemplo, o asfaltamento no Ermidão, na Póvoa e outros trabalhos indicados nessa reportagem. -----

Neste momento, fica um saldo positivo para alguns compromissos assumidos, tais como, a contribuição de 15.000€ para apoiar a Filarmónica Severense na construção da sua sede, mais 6.000€ para a toponímia a colocar na freguesia, porque o processo na Câmara é mais moroso, tendo ficado combinado que a Câmara realizava esse trabalho nas zonas urbanas e a Junta nas zonas rurais da freguesia. Vai ser deixado dinheiro para pagar o trabalho de asfaltamento de uma pequena estrada em Paçô, que ficará pronta até ao termo do actual mandato, com um custo total de 18.000€, aproximadamente. -----

Assim, na Junta ficará um saldo de 40.000€, para pagamento desses compromissos, estando todos os processos à disposição dos cidadãos para análise. -----

Para finalizar, agradece o convívio que teve ao longo destes dezasseis anos, como membro desta assembleia, como representante dos Presidentes de Junta na ANMP, participando em muitos congressos, locais onde considera ter dignificado o concelho.

Carlos Silva: - Estabelece as origens e evolução do concelho, situação geográfica, demográfica e industrial, recordando empresas de dimensão nacional – as Minas do Braçal, as Massas Vouga, a Sociedade de Construções Severo de Carvalho, a Metalovouga, “e que brevemente não seja a Lactogal”. -----

Com esta introdução pretende sublinhar algumas características físicas do concelho que vedam a possibilidade da ascensão desejada, “apesar da vontade e interesse dos políticos, quer aqueles que estão no poder, quer os da oposição”. Recorda que “o poder e a oposição fazem parte da democracia”, sendo “imprescindível em qualquer organização”. -----

Demonstra a sua decepção para com a experiência autárquica destes quatro anos, porque: foi difícil assistir aos desmandos de alguns elementos desta Assembleia Municipal; foi difícil ver que não houve condições/ambiente para descentralizar as sessões; foi difícil constatar que este órgão apesar de deliberativo, fiscalizador, proponente de acções para o desenvolvimento coerente e progresso homogéneo, apenas ratifica as propostas previamente concebidas pela Câmara Municipal; foi difícil confirmar que, realmente a ética política, o espírito de unidade, o clima de tranquilidade e mobilizador, foram colocados no lixo, por alguns elementos desta Assembleia. E foi ingrato vivenciar este amontoado de atropelos à democracia. -----

Por último, apresentou três agradecimentos: o primeiro, ao companheiro Albano Macedo, representante da bancada do PS; o segundo, ao presidente deste órgão – Armelim Amaral - pelas qualidades referidas na orientação dos trabalhos; terceiro e último, um agradecimento às pessoas que votaram na Aliança Por Sever e que o elegeram há quatro anos. -----

O membro Carlos Silva entregou um exemplar do manuscrito da sua intervenção, considerado aqui como reproduzido. -----

Albano Macedo: - Começa por referir que, esta será, possivelmente, a última sessão deste mandato autárquico, considerando ser necessário reflectir sobre as posições e trabalho desenvolvido nesta assembleia. Para alguns autarcas, será a despedida por agora, pois não serão candidatos nas próximas eleições autárquicas. Para esses

autarcas, um público agradecimento, por termos tido o privilégio de debatermos alguns problemas. -----

Neste hemiciclo travaram-se debates acesos e muitas vezes com a frescura inerente a lutas de ideias, algumas vezes com soluções prestigiantes e, noutras vezes com atitudes menos elegantes. Mas, é tempo de fazermos um pequeno balanço desta nova actividade. Para uns, os objectivos propostos, certamente, foram atingidos, enquanto que para outros não. Por estranho que pareça, na sua opinião não foram, porque a fasquia de fazer mais e querer o melhor para o concelho e para a nossa terra e para as nossas gentes, muitas vezes obriga-nos a estabelecer graus de exigência muito elevada que algumas vezes não podem ser seguidas por outros. Todos temos consciência em como esta assembleia para ser devidamente dignificada nas suas intervenções, têm a necessidade de estruturar a sua filosofia de trabalho. Não para abordarmos nesta assembleia assuntos considerados de menor importância, tais como, tapar buracos, limpar valetas e outros mais, que deveriam ser abordados directamente com o executivo e respectivos serviços, para nesta assembleia ser referida apenas a sua execução. Devendo denunciar apenas aqueles cuja realização não foi concretizada. ---- Deveria ser criado um fórum nesta assembleia para discutirmos estratégias de desenvolvimento para o concelho; um local de debate dos problemas que afligem no concelho; um local privilegiado para o encontro de soluções de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das nossas gentes. Os presidentes de junta têm relações periódicas com o executivo, não devendo trazer pequenos pedidos para esta assembleia. Os problemas deverão ser resolvidos através do diálogo entre os responsáveis das instituições. Os quais deveriam apenas, apresentar um relatório de execução para análise neste órgão. -----

Na sua opinião, existem outros assuntos que compete à assembleia resolver, tais como, definir o número de intervenções ou os tempos fixos para a intervenção dos membros inscritos, a agilização da informação para os membros deste órgão. Por outro lado, deverá existir uma maior divulgação dos assuntos tratados na Assembleia Municipal, porque os munícipes muitas vezes não sabem o que é e aquilo que é feito no seio deste órgão, pelos autarcas eleitos. -----

Deixa alguns votos de louvor: o primeiro, para os Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, pelo desempenho da sua nobre missão de socorro e intervenção nos incêndios deste e dos concelhos vizinhos; o segundo, destinado ao cientista severense que ficou entre os mais conceituados no mundo - Dr. António Coutinho. -----

No entanto, também existem notícias que não merecemos, como a da Quercus sobre as análises da água da Praia Fluvial da Quinta do Barco. Essa notícia teve parangonas nos jornais, em “blog’s” políticos. Mas, não tiveram a humildade de pedir desculpas e rectificação da notícia quando souberam que houve uma incorrecta interpretação dos dados. -----

Antes de terminar, num momento de despedida do presidente Armelim Amaral, solicita que fossem colocadas de parte as ideologias políticas para, em conjunto, expressarmos o agradecimento pelo trabalho desempenhado com dignidade ao longo destes dezasseis anos, no desempenho das suas funções como presidente deste órgão deliberativo. -----

Seguidamente, o presidente deste órgão autorizou o membro João Almeida a intervir. - João Almeida: - Refere, a magnífica intervenção do senhor Albano Macedo, impondo-se alguns esclarecimentos, sobre o tratamento de assuntos de menor importância no seio deste órgão, quando deveriam ser tratados directamente com os membros do executivo. Sobre esse assunto pergunta – se estava a referir-se aos presidentes de junta considerados da oposição (coligação). Para dizer que os presidentes de junta da coligação, tudo têm feito ou diligenciado junto do executivo para serem realizadas as obras mais prioritárias. Os quais só trazem a esta assembleia as situações onde

verificam não terem sido resolvidas pelo executivo. Se se refere aos presidentes de junta do Partido Socialista, nós podemos comungar com a sua preocupação. Mas, não quer permitir que se prejudique a imagem dos presidentes de junta da coligação que se têm dedicado e esforçado à causa pública e à defesa dos interesses das suas populações. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

Depois de concluído o período de antes da ordem do dia, o presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem de trabalhos, concedendo ao senhor presidente um tempo para sintetizar cada assunto da ordem de trabalhos. -----

Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxas: - O Presidente da Câmara começou por prestar algumas informações acerca deste imposto, sua evolução neste ano económico e análise dos dados referentes à receita arrecada até à presente data, comparar com períodos o período homólogo, e qual o efeito das actualizações dos registos no Serviço de Finanças e isenções previstas no novo código, conforme informações recolhidas junto do Chefe do Serviço de Finanças. -----

Foram anotadas as seguintes intervenções: -----

Joaquim Zacarias: - Comenta que, já no ano passado, optou pela abstenção por uma razão muito simples, ou seja, continua a pensar que este assunto não está devidamente esclarecido e, se a cobrança deste imposto disparar, provocará que algumas pessoas não tenham a possibilidade de pagar este imposto. -----

Manuel Soares: - Fala na cláusula de salvaguarda que impede o aumento elevado do imposto, apesar de ser o segundo ano, e subir ligeiramente. Na reunião realizada com o serviço de finanças, tomou conhecimento que não sabem qual o comportamento da alteração das taxas. Existem dúvidas quanto aos prédios novos, avaliados nos termos do IMI, onde deve haver alguma atenção, para avaliarmos o impacto da avaliação. -----

João Almeida: - É difícil fazermos uma apreciação em concreto, porque só possuímos dados parciais. Mas, a eventual descida da receita deve-se apenas ao facto que não está a ser analisado, ou seja, as matrizes foram actualizadas com base no coeficiente de correcção monetária, fazendo subir o valor patrimonial dos prédios mais antigos. Enquanto que os prédios mais recentes não sofreram alteração ou apenas uma actualização diminuta. Com a descida da taxa de 1% para 0,8%, passaram a ser tributados com um valor superior os prédios mais antigos. -----

Considera existir um problema de justiça fiscal e entende que deveria ser adoptada “uma política fiscal cega”, ou seja, quando se aumenta os impostos em um por cento, não verificamos que pode lesar um conjunto de pessoas mais desfavorecidas. -----

A descida da receita global é o fruto do ajustamento realizado e já referido pelo presidente da câmara, através da cláusula de salvaguarda, que não permite um aumento elevado da colecta. Mas, não podemos esquecer-nos que a matriz foi actualizada. E por isso, seria justo que tivéssemos em atenção à taxa, especialmente, num concelho rural como é o nosso e com muitos prédios antigos. -----

Entendemos que não devemos aprovar esta proposta, por considerarmos manifestamente injusta para as classes mais pobre do concelho. Defendem taxas mais baixas, como forma de incentivarem a fixação das populações e evitar a desertificação.

José Costa: - Estabelece uma análise sobre a questão do IMI, para abordar assuntos não referidos nas intervenções anteriores. -----

A tributação deste imposto é realizada com base em pressupostos objectivos e não subjectivos como acontecia no anterior imposto, o que se torna um risco, porque a figura do rendimento colectável terminou e olha-se apenas para o prédio. -----

A questão vem de trás, da essência dos diplomas que aprovaram estes códigos, ou seja, a mudança de critérios nas avaliações, deixando de haver as conhecidas comissões de avaliação para se fazer esse trabalho com base nos dados objectivos, possui como dificuldade elevada para o contribuinte, o preenchimento das declarações para o

serviço de finanças, comentando, “passo o pleonasmo”, ser necessário tirar um curso para sabermos preencher correctamente todos os impressos exigidos. Assim, existem muitos contribuintes que se enganam a preencher a informação dos impressos e quando vêm declarar um palheiro que vale cem contos, ele é avaliado em seis mil contos. -----

Considera que a génese deste imposto foi mal concebida. Em princípio, a pensar em Lisboa, quando a realidade no país é muito diferente. -----

Agora, os critérios que presidem a este imposto são “brutais”, porque, efectivamente, passa a tributar a mesma realidade física e económica num valor elevadíssimo de aumento. -----

Há duas salvaguardas, uma das quais abordada antes, mas não aplicadas aos prédios novos, só aplicada aos prédios antigos e a questão das transmissões, onde os prédios são avaliados obrigatoriamente. Os que forem transmitidos a título oneroso, poderão dar origem a um pedido de isenção. Mas, aqueles que forem transmitidos a título gratuito, através de uma doação ou partilha, não conferem a possibilidade de pedirmos qualquer isenção. -----

Assim, uma pessoa que tem a infelicidade de herdar uma casa velha, cheia de silvas, vê-se obrigada a pagar quarenta ou cinquenta contos, sem possibilidade de pedir qualquer isenção. Nesta situação é verdade existir uma grande injustiça. -----

Com este exemplo, pretende colocar o seguinte pensamento: onde é que está a verdadeira injustiça? Numa décima percentual da taxa (0,5% ou 0,4%) ou na “brutalidade” desta lei, onde as pessoas irão aperceber-se no próximo ano, quando o serviço de finanças avaliar as participações que deram entrada desde Março do ano passado, e ainda estão em prazo de reclamação, só se reflectindo o efeito da avaliação no próximo ano, com efeitos retroactivos. -----

Conclui, referindo novamente que a brutalidade deste imposto reside na lei que o regulamenta, aprovada através da proposta do Dr. Durão Barroso e da Dr.^a Manuela Ferreira Leite. -----

O presidente da assembleia municipal autorizou o membro João Almeida a completar a sua intervenção, na sequência da intervenção de José Almeida e Costa. -----

João Almeida: - Refere que injustiça havia muita no anterior código onde existia a avaliação realizada através de critérios subjectivos e dependia da vontade do avaliador. Defende que a génese do código é a mais correcta, porque se pretende efectuar uma correcção imobiliária para os valores de mercado, o que não se verificava no anterior código, onde o valor dos prédios em muitas situações eram muito diferente do valor de mercado. -----

Considera que existem falhas nos coeficientes de localização, para os quais as câmaras deveriam estar mais atentas, com vista à sua correcção. -----

Este código procura ser mais justo, podendo existir algumas falhas nos indicadores, que podem causar as distorções manifestamente gravosas para os contribuintes. -----

A descida da taxa poderia minimizar os efeitos daquelas situações de injustiça. -----

Deliberação: -----

Depois de realizadas as intervenções dos membros inscritos, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta do órgão executivo, para serem fixadas as taxas a que referem, as alíneas b) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, que aprovou o Código do IMI. A proposta foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, três votos contra, dos membros João Almeida, José Braga e António Martinho, e com seis abstenções, dos membros Joaquim Gabriel, Rui Rocha, António Ferreira, Acácio Barbosa, Armindo Coutinho e Manuel Santana. -----

Com a proposta aprovada, foram fixadas as seguintes taxas do IMI, para 2006, nos termos do artigo 112º: -----

- a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----
b) Prédios urbanos: 0,8%; -----
c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%.-----

Derrama/2005: - Seguidamente foi apreciada a proposta apresentada pelo órgão executivo, conforme deliberação tomada no dia 11 de Agosto deste ano, destinada ao lançamento de uma derrama para o ano de 2006, no valor de 10%, para o reforço da capacidade financeira do Município, nos termos do que se encontra previsto no artigo 18º da Lei das Finanças Locais, aprovada através da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-----
Foram registadas as seguintes intervenções: -----

Joaquim Zacarias: - De acordo com os conhecimentos adquiridos, sabemos que este imposto será pago, exclusivamente, por sociedades que apresentam lucros. -----
Mas, é sobre uma empresa que visa a obtenção de lucros, instalada recentemente neste concelho, mais concretamente o “Lidl” que o obrigou a intervir para colocar a seguinte questão, na sequência da informação transmitida em como o grupo Lidl comparticipou ou ajudou à construção de estradas, de rotundas e jardins de infância. Assim, pretende saber qual foi a mais valia para o concelho com a instalação do Lidl.

Manuel Soares: - Responde que não foi nenhuma, “porque não queria perder o mandato”. É verdade quando diz que o Lidl e outras superfícies ao instalarem-se nos concelhos acertam com as câmaras a execução dos acessos. Mas, a lei da tutela é taxativa, dizendo ser motivo de perda de mandato qualquer negociação daquele género. O que acontece nessas câmaras é diferente, ou seja, no momento do licenciamento podem referir a existência de dificuldades quanto aos acessos e a sociedade comprometer-se em executá-los, normalmente, através da reconstrução. Nessas situações, consideram esses investimentos como parte integrante do licenciamento, mediante projectos que são exigidos para a solução das acessibilidades. O referido estabelecimento foi realizado junto à via existente naquele lugar. -----
Volta a fundamentar a proposta apresentada para fixação da derrama em 10%, argumentando com situações conhecidas de concelhos vizinhos, abordando os impactos de alteração da taxa. -----

João Almeida: - Argumenta que uma descida na taxa poderia motivar a fixação de empresas no concelho. -----

Manuel Soares: - Afirma não ser este imposto uma condicionante para a fixação de grandes indústrias, não considerando relevante para essa decisão. -----

Armelim Amaral: - Aproveita para intervir, dizendo que a grande injustiça fiscal situa-se ao nível da incapacidade verificada ao nível dos serviços fiscais para combaterem o grave problema da “fuga ao fisco”. Assim, considera não haver injustiça ao nível do imposto, mas sim ao nível da fiscalidade. -----

Votação e deliberação: -----
Depois de realizadas as intervenções, o presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta apresentada pelo órgão executivo à votação. A proposta para fixação da derrama para 2006, através da taxa de 10%, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, dois votos contra, dos membros João Miguel e José Braga, e, cinco abstenções, dos membros Rui Rocha, Armindo Coutinho, António Ferreira, António Martinho e Manuel Santana. -----

Taxa Municipal de Direitos de Passagem/2006: - Para efeitos do que se encontra previsto no n.º 2, do art.º 123º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, conjugado com o Regulamento n.º 38/2004, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de Setembro, o órgão executivo aprovou na reunião do passado dia onze de Agosto, uma proposta para ser fixada, novamente, a Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem no seu valor máximo, ou seja, em 0,25%, para vigorar no ano de 2006. -----
Foram registadas as seguintes intervenções: -----

Manuel Soares: - Explica a finalidade de implementação desta taxa, referindo que ainda não recebemos qualquer transferência desta nova receita. Enviamos comunicações para muitas entidades, conforme as instruções da ANMP sobre este imposto. Estimamos que a receita desta taxa seja tão insignificante que poderá levar-nos a pensar se vale a pena andarmos com tanto trabalho para fixarmos todos os anos essa taxa. -----

Joaquim Zacarias: - Sugere ao executivo a possibilidade de equacionar a entrega desta receita às instituições de solidariedade social do concelho. -----

Após os breves esclarecimentos prestados pelo presidente da câmara, foi colocada a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções, dos membros João Almeida, José Braga, António Martinho, António Ferreira e Armelim Amaral. -----

Regulamento de Utilização do Salão do Ginásio Municipal: - Depois de prestados os esclarecimentos necessários por parte do Vice-Presidente, sobre a proposta aprovada na reunião do dia 24 de Março deste ano, relativa ao Regulamento de Utilização do Salão do Ginásio Municipal, submetido já a inquérito público, o presidente da Assembleia Municipal decidiu colocá-lo à votação, depois de verificar que não havia mais questões dos membros deste órgão. O regulamento foi aprovado por unanimidade. -----

Regulamento do Cemitério Municipal: - Verificando-se um desajustamento temporal e legislativo da norma que continua em vigor neste município e para actualização do documento em função de toda a legislação que regulamenta esta matéria, foi elaborada uma proposta para actualização do Regulamento do Cemitério Municipal, que foi aprovada na reunião do dia 25 de Maio deste ano, colocada à apreciação pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo. -----

Depois de esclarecidas todas as dúvidas colocadas sobre o documento e respectivas normas, o mesmo foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por unanimidade, o Regulamento do Cemitério Municipal. -----

Outros Assuntos: -----

Ponto Único) Desafecção do domínio público – Parcela em Pessegueiro do Vouga: No uso da competência conferida através da alínea b), do n.º 4, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais, decidiu este órgão deliberativo, por unanimidade, autorizar a desafecção do domínio público a parcela sobrance de terreno da estrada de ligação ao lugar do Calvário, da freguesia de Pessegueiro do Vouga, para os devidos efeitos. -----

-----Período de Intervenção do Público-----

Albano Macedo: - Solicitou para intervir, no sentido de esclarecer que na sua intervenção não teve a intenção de ofender ninguém, muito menos qualquer presidente de junta, membros ou deputados municipais, mas somente dirigir um apelo para que fossem abordados nesta assembleia assuntos que dignificassem este órgão e o desenvolvimento estratégico deste concelho. -----

Vítor Martins: - Intervém na qualidade de munícipe e, também, por trabalhar no jornal “Margens do Vouga”. -----

Em primeiro lugar, faz referência em como o “Margens do Vouga” foi muito falado nesta assembleia, designadamente, sobre a entrevista realizada ao presidente da câmara. Acrescentando, como foi referido nesta sessão que, o Margens do Vouga não é a “bíblia desta casa”, para referir que, até há bem pouco tempo, em Sever do Vouga a voz era única. -----

O Margens do Vouga está aberto a qualquer tipo de intervenção, seja ela de que quadrante for, publicando esse tipo de referências, e, naturalmente, está aberto para esse tipo de informações. -----

No que diz respeito à outra participação como munícipe, reconhece que a Assembleia Municipal é um órgão digno, visto no trabalho deste órgão, nas poucas vezes que teve a oportunidade de assistir às sessões. Na sua qualidade de autarca, reconhece a necessidade de serem abordados assuntos de importância menos, no seio deste órgão, como tapar um buraco, porque as Juntas de Freguesia com orçamentos tão baixos, não podem fazer muito pelas populações, a não ser através dos pedidos que poderão dirigir, quando é-lhes dada essa possibilidade, na medida em que nos quatro anos de mandato, são poucas as reuniões realizadas com os autarcas das freguesias. -----
Conclui, agradecendo a possibilidade de intervir neste período. -----

